

A SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA E A EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS

THE SOCIOLOGY OF CHILDHOOD AND THE EDUCATION OF CHILDREN

Vera Lúcia Chacon Valença

Doutorado em Psicologia Aplicada pela Université Paris-Descartes (França).
Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNISUL.

Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)
Tubarão – SC – Brasil

Endereço

Rua: Ferreira Lima, 247/1001
Centro – Florianópolis - SC
CEP: 88015420

E-mail

veravalenca@uol.com.br

Artigo Recebido em 23/11/2009

Aprovado em 11/06/2010

RESUMO

O propósito deste artigo é apresentar algumas contribuições teóricas sobre a sociologia da infância e refletir a respeito das repercussões desse novo subcampo da sociologia na compreensão e na educação das crianças. Para atingir esses objetivos, fiz uma revisão bibliográfica que permitiu uma visão panorâmica sobre a evolução das representações da infância, as perspectivas de investigações empíricas sobre as crianças e a identificação do modelo de socialização predominante na atualidade. Em consequência das transformações sociais, das representações e das novas modalidades de socialização, captei a “infância transnacional” caracterizada pela mobilidade, pela comunicação em redes e pelo uso dos artefatos. Isso porque a criança é ativa, possui uma identidade própria, é ao mesmo tempo sujeito e ator social. Em decorrência, a relação educador–educando deve ser caracterizada pela proteção da liberdade e pelo estímulo ao diálogo, o que só é possível se a autoridade for exercida de modo “horizontal”.

PALAVRAS-CHAVE: Sociologia da Infância. Revisão bibliográfica. Educação das Crianças.

ABSTRACT

This article presents the Sociology of Childhood and discusses its repercussions for children's education. To achieve these objectives, a bibliographic review was carried out that gave an overview of the evolution of representations of childhood, the perspectives of empirical investigations of children, and the identification of the model of socialization that is prevalent today. As a result of the social transformations, representations, and new modes of socialization, the “transnational childhood” characterized by mobility, communication in networks and the use of artifacts is captured. This is because childhood is active, it has its own identity, and it is, at the same time, both social actor and subject. As a result, the relationship between educator and educated should be characterized by protection of freedom and encouragement of dialog, which is only possible when authority is exercised in a “horizontal” form.

KEY WORDS: Sociology of Childhood. Bibliographic review. Education of children.

INTRODUÇÃO

A história das transformações ocorridas na sociedade, desde a Antiguidade até a contemporaneidade, foi acompanhada de várias percepções do adulto com relação à criança, que determinaram a necessidade de uma revisão no conceito de socialização. Várias representações da infância foram conhecidas e as vivências das crianças, em diferentes tempos e espaços culturais, testemunham uma história viva e dinâmica de relações e aprendizados. Considerada inicialmente apenas como um “pequeno homem”, “ser incompleto”, passamos a conviver com ela percebida como “ser por inteiro”, protegida por um estatuto que confirma juridicamente o seu pertencimento a uma categoria social específica. Muda a sociedade e com ela mudam as relações sociais, os níveis de adaptação; conceitos foram revisados; ampliam-se os espaços de socialização. As crianças passam a ser estudadas não só nas instâncias sociais família e escola, mas também nas ruas, nos terrenos baldios, nos pátios em atividades livres. Acentua-se no estudo do processo de socialização a ênfase à interação. Como fica então a relação educativa nesse novo contexto?

Neste artigo, tenho por objetivo apresentar algumas contribuições de sociólogos e psicólogos sobre um tema de interface dos dois campos: a socialização. Resultado de uma revisão bibliográfica atualizada, embora não exaustiva, o texto ressalta a existência de uma criança percebida como “ator social”, “ser de direitos”, “sujeito” dos seus atos. Enfatizando a complexidade desse ser “completo”, reconheço o esforço dos autores pesquisados em propor a abordagem intercultural como a mais adequada para compreender a criança. Questiono a ausência do diálogo na educação das crianças, uma das possibilidades do adulto considerá-la “outro” na inter-relação.

A CONSTRUÇÃO DA SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA, A INFÂNCIA E A INTERCULTURALIDADE

Nos últimos trinta anos, sobretudo os sociólogos passaram a se interessar mais pela infância e, na perspectiva de construir um novo campo para a sociologia, a Sociologia da Infância, realizaram eventos e se reuniram em torno de algumas publicações coletivas. Uma dessas obras foi coordenada por Sirotta (2006) e recebeu o título de *Éléments pour une sociologie de l' enfance*. A leitura dessa coletânea possibilitou uma visão panorâmica a respeito dos principais autores sobre socialização e viabilizou a compreensão acerca da complexidade da criança, para a qual seria necessário o uso de uma abordagem interdisciplinar. A obra mencionada enfatizou a necessidade de “compreender como se constrói globalmente a nova posição da criança na modernidade, o que é possível fazer cruzando certo número de olhares que permanecem, até o momento, estranhos entre uns e outros” (SIROTA, 2006, p. 17).

Não há dúvidas com relação à riqueza que a troca de opiniões entre pesquisadores pode proporcionar. Penso que já é um bom começo para que futuramente seja possível o uso de uma abordagem interdisciplinar sobre a criança – desejo de muitos. O que possibilitaria tal tipo de abordagem dependeria, no entanto, da solução de alguns problemas de ordem epistemológica ainda presentes na construção da Sociologia da Infância. Montandon (2006), por exemplo, demonstra sua preocupação a esse respeito ao afirmar que a Sociologia da Infância ainda busca um ancoradouro teórico específico. Nessa busca, a autora lembra as quatro perspectivas para a análise da Sociologia da Infância mencionadas por James, Jenks e Prout:

a) a criança socialmente construída. Nela são analisados os discursos e as práticas sociais das crianças, assim como, outros fenômenos sociais;

b) a criança tribal, encontrada nos trabalhos do tipo etnográfico, e em outros trabalhos do tipo qualitativo e de abordagem fenomenológica e interpretativa;

c) a criança membro de um grupo minoritário, que se inscreve entre adultos e crianças, e que interrogam a relação adulto-crianças;

d) a criança socialmente estruturada, que se situa nas estruturas sociais, sendo ela percebida como um segmento de toda sociedade. E, então, fala-se da criança cidadã, com direitos e deveres. (MONTANDON, 2006, p. 47).

O interesse em realizar uma abordagem interdisciplinar estaria, portanto, ainda na dependência da solução dessas questões. Segundo Alves, Brasileiro e Brito (2004, p. 146), a interdisciplinaridade está associada à "identificação dos pontos comuns entre as diferenças, na tentativa de buscar o generalizável no particular". Delimitar o que pertence, por exemplo, à sociologia e à psicologia torna-se fundamental para que se possa realizar a tarefa desejada. Talvez por isso Chombard de Lauwe (1976, 1979) e Perron (1971) identificaram seus trabalhos como sendo de inspiração psico-sociológica. Isso me parece tão prudente quanto o é o fato de Sirota ter evitado usar como título do livro que coordenou de Sociologia da Infância. Ela usou o seguinte título: *Éléments pour une sociologie de l'enfance*. O fato é que algumas questões epistemológicas ainda estão sendo discutidas. Isso pode ser percebido com mais facilidade nas pesquisas empíricas e nos métodos a serem utilizados para investigar as crianças. A falta de precisão dos paradigmas permite afirmar que em alguns trabalhos não conseguimos identificar se são pertencentes ao campo da sociologia ou da psicologia, mesmo porque há temas que estão na interface dos dois campos, como é o caso da socialização. No que diz respeito aos métodos, até o momento fracassaram as tentativas feitas pela construção de um método suficientemente capaz de considerar, por exemplo, como sendo de natureza híbrida, a Teoria das Representações Sociais.

Ao me referir à expressão "infância", é necessário que sejam explicitados os seus significados. De acordo com Chombart de Lauwe, o termo "infância" designa ao mesmo tempo:

- a) um indivíduo, um sujeito, que tem características próprias, que é marcado pelos acontecimentos particulares;
- b) um ser em desenvolvimento, imaturo, que constitui seu Ego, se forma em função da sociedade que ele descobre. Enquanto ser imaturo ele tem comportamentos infantis;
- c) um membro de um meio social, do fato de seu pertencimento a uma família, fato que condiciona em grande parte seu futuro lugar na sociedade, suas chances de sucesso;
- d) um membro de uma categoria de idade, submetido a um estatuto que, na sociedade dada, determina as características de sua condição de criança. (CHOMBART DE LAUWE, 1976, p. 3).

Nas sociedades antigas, a criança era representada por "um outro" sem que fossem respeitadas suas especificidades, negando-lhe uma identidade própria. A criança dos modernos, ao contrário, passou a ser reconhecida pelas necessidades próprias, especificidades, mas também pelas dessemelhanças com relação aos adultos. Essa representação permite que ela seja reconhecida pela sua identidade própria, que é dessemelhante daquela dos adultos. Tal identidade, por sua vez, possibilitou a constatação de certo grau de autonomia nas crianças, que pode ser constatado em pesquisas empíricas. Nesse sentido, por autonomia entendo como Montandon e Longchamp, "a capacidade ou o poder da pessoa de governar-se, de tomar decisões que lhes concernem" (2007, p. 108).

Não posso falar de identidade sem mencionar um estatuto que a garanta e lhe dê suporte. O estatuto das crianças foi considerado por Chombart de Lauwe (1979, p. 13) como sendo "um conjunto de atributos, de meios, de bens, de direitos, de deveres, de participação no poder". Nele estão contidos, portanto, os aspectos relacional, jurídico e de costumes. Na década de 1970, Chombart de Lauwe (1976, 1979) já deixava clara a necessidade de um estatuto social que pudesse defender os direitos da infância. A sua construção deveria explicitar a representação da criança predominante em determinada época, razão pela qual já foram realizadas várias versões desse estatuto. Isso possibilitou a identificação da evolução das representações que se transformaram em diversos momentos da história. Penso que já temos novos elementos a serem incluídos no referido estatuto que estariam atrelados não só às novas representações da "criança dos modernos", da "infância transnacional", do mundo globalizado, com direito de uso dos instrumentos que a sociedade dispõe: as novas tecnologias.

A proclamação dos direitos da infância ocorreu recentemente por meio do texto adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, datado de 20 de novembro de 1989, no qual ficaram determinadas as relações dos adultos com as crianças e os jovens, possibilitando novas formas de diálogo e sugerindo, inclusive, a revisão de algumas posturas dos educadores. No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi promulgado em 1990 e teve grande apoio da sociedade. Ele foi precedido pelo artigo 227 da Constituição de 1988, que define a criança e o adolescente como cidadãos, sujeitos de direitos especiais, pessoas em desenvolvimento e prioridade absoluta do Estado, da família e da sociedade. No país, o sistema de proteção é constituído por promotorias,

conselhos tutelares, varas, delegacias, conselhos de direitos, etc. Existem vários planos nacionais: o de Enfrentamento da Violência (e de toda ordem, inclusive social), o de Medidas Socioeducativas, o de Convivência Familiar e Comunitária, além de medidas relacionadas ao abrigo de menores. Há, além disso, um programa nacional de erradicação do trabalho infantil (FALEIROS, 2008). Apesar disso, persistem muitos problemas que atingem as crianças: as drogas, a prostituição infantil, a pedofilia, as enormes desigualdades de chances, a fome.

A evolução das representações da infância ocorreu no sentido que foi da “exclusão” à “liberação”. Acredito que, ao me referir à “liberdade” da criança, seja também necessário considerar as particularidades que revestem a expressão. A criança dos modernos parece mais “forte”, considerando o estatuto que a defende, mas ela permanece “frágil” e necessitada de proteção, até porque nem sempre ele é respeitado. Esse paradoxo, presente nos dias atuais, me conduz a outro questionamento: como conviver com ela ao mesmo tempo igual em direitos e dessemelhante em condições do uso da liberdade? Como captá-la num mundo instável, fluido? É possível falar da existência de uma criança autônoma? Poderia recorrer, nesse particular, às contribuições de filósofos na busca de resposta a essas questões.

CONTRIBUIÇÕES À COMPREENSÃO DO PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO

O processo de socialização, conforme já mencionei, é estudado tanto pelos psicólogos quanto pelos sociólogos. Uma obra clássica sobre o assunto é o *Traité de Psychologie de l'enfant*, de Malrieu (1973). Nela encontrei uma discussão sobre a socialização ali considerada como um dos itens mais significativos para a compreensão do desenvolvimento da personalidade. O autor indica as duas orientações principais que compreendem a noção de socialização na abordagem psicológica: uma que ressalta um processo de adaptação do indivíduo às instituições; outra que enfatiza as relações entre os sujeitos: sejam elas crianças e adultos ou crianças e seus pares. Defende o autor, no entanto, a postura segundo a qual não deveríamos excluir nem uma nem outra abordagem, considerando que ambas são fundamentais para a compreensão do processo de socialização. A socialização assim percebida está também presente em outros autores, inclusive entre alguns franceses pertencentes à Sociologia da Educação ou aquela da Família, marcada pela tentativa de compreensão da individualidade. Concordando com Malrieu, a socióloga Chombart de Lauwe (1976, p. 37) considera que a vida social da criança é um dos fatores constitutivos da personalidade e define a socialização como sendo “um conjunto de processos pelos quais a criança se torna um membro de sua sociedade passando a responder às expectativas dos outros”. Enfatiza a autora que a socialização “é uma relação recíproca entre a criança e o meio, uma inter-relação” (1976, p. 37) e ela ainda lembra que os comportamentos das crianças são complexos e que, portanto, não podem ser explicados somente pelas influências dos meios sociais sobre elas, tampouco só pelas relações interpessoais.

Que outros parâmetros para a compreensão do comportamento poderiam ser incluídos? Exatamente os intrapessoais, de que trata a psicologia. Não teria sido essa uma das razões pela qual a autora sempre identificou seu trabalho como sendo de inspiração psico-sociológica, conforme já mencionado? Isso dito, é bom pensar sobre os motivos pelos quais os adultos impedem, às vezes, que a criança seja “o outro” da relação. Penso que seja necessário uma mudança de postura por parte dos educadores, que precisam admitir o seu fracasso decorrente, em grande parte, de uma atitude monopolizadora e do exercício de uma autoridade vertical.

Entrando um pouco mais no campo da sociologia, identifico a cartografia dos trabalhos a respeito das novas contribuições aos estudos da socialização. Eles podem ser representados por dois grandes grupos de pesquisadores: o anglófono, que menciona os *Cultural Studies* e *Gender Studies*, o qual aparece também com o nome de *Childhood Studies*; e o francófono, este originário da Sociologia da Educação e da Sociologia da Família, o qual reconhece que a criança é “uma forma estrutural de toda sociedade, é uma construção social variável segundo os contextos sócio-históricos, na qual a criança é um ator social” (SIROTA, 2006, p. 22). Concluo que, além das dificuldades ainda existentes e já mencionadas a respeito dos paradigmas da Sociologia da Infância, é preciso ainda considerar as tradições dos diferentes países, o que impossibilitaria uma homogeneidade de opiniões dos pesquisadores com relação a uma sociologia internacional. Essas indagações surgiram quando assisti a alguns congressos sobre a temática.

Apoiando-me em Corsaro (2005), compreendo que os modelos tradicionais da socialização (funcionalista, behaviorista, estruturalista) são criticados pelo fato de neles a criança ser percebida como passiva. Nesse sentido, ela seria propriedade da sociedade. No entanto, afirma o autor, uma visão mais dinâmica sobre a criança passou a preponderar, o que permite inverter a situação: é a criança que se apossa da sociedade, isto é: ela a assimila, dela se apropria pelo fato de ser um sujeito ativo. Essa criança, defendida pelo construtivismo e pela teoria sócio-histórica, é a criança atual. O fato de ser considerada como um ser ativo, um sujeito, viabilizou a defesa, por Corsaro, de um novo modelo para a socialização: o da Reprodução Interpretativa, que daria suporte à denominada Cultura da Infância (2005). Não é possível então falar de uma cultura da infância senão com base numa representação que a considere um ser "ativo-interpretativo", personagem marcante na construção social. Esse "ator social", para Sarmiento (2007, p. 37), "se apresenta de modo diverso em função do contexto social". Eis a importância do modelo de Reprodução interpretativa de Corsaro: a consideração de que a criança reproduz, mas de forma interpretativa, o que lhes transmitem os adultos e ainda de acordo com as influências do meio.

O fato é que identifiquei, nas leituras realizadas, uma preocupação tanto dos psicólogos quanto dos sociólogos no sentido de que sejam evitados os reducionismos. Numa ou noutra direção. No primeiro caso, o fato de ressaltar o "sujeito criança" sufoca os elementos sociais. O que poderia ocorrer? Um risco de abandono educativo e nesse caso, com certeza, os maiores prejudicados seriam as crianças de nível socioeconômico menos favorecido. Se o reducionismo for sociologizante, o indivíduo seria esmagado e com ele as suas possibilidades de elaboração. O que fazer para equilibrar essas duas tendências excludentes, equivocadas? A emergência de uma abordagem inadequada poderia ser contornada com a consideração dos diferentes componentes constitutivos da personalidade infantil: relacionais e sociais. Com a defesa do ponto de vista de que a criança é uma personalidade em formação, que ela elabora, interpreta, representa o mundo e o explica. Nesse sentido reproduz, mas não exatamente igual, aquilo que lhe foi transmitido. Gavarini (2006, p. 94) afirma que o sucesso nas pesquisas estaria condicionado ao uso de uma sociologia compreensiva e clínica, que para o autor seria "a única capaz de contrapor os excessos de sociologização das trajetórias individuais". Esse psicólogo se reporta então às informações sobre a vertente da Sociologia Individualista, presente nos autores franceses, a qual é entendida como "uma sociologia da experiência e da ação ou das interações, as sociologias do individualismo, que considera nas crianças o caráter singular das experiências, dos valores e das representações" (GAVARINI, 2006, p. 100). Esta solução dada por Gavarini se assemelha ao que propõe o psicanalista Perron (1971), que recomendava a abordagem psicanalítica como sendo capaz de superar as duas vertentes reducionistas sobre a compreensão da criança: psicologizante e sociologizante.

AS REPERCUSSÕES DAS NOVAS REPRESENTAÇÕES DA INFÂNCIA NA EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS

A reflexão importante a fazer, depois das leituras realizadas, diz respeito às repercussões que podem ter para a educação conviver com uma criança considerada como "sujeito", "ator social", "sujeito de direitos", que realiza uma "reprodução interpretativa" a respeito daquilo que os adultos lhe transmitem e a partir do que ela constitui a denominada cultura da infância. Como deve então ser estabelecida essa relação de modo que haja uma reciprocidade, ou seja, uma inter-relação entre os dois termos adulto e criança? A inter-relação, penso, precisaria ser orientada ao mesmo tempo considerando o princípio da identidade de direitos e de clareza com relação às particularidades da criança. Portanto igualdade e dessemelhança ao mesmo tempo. Qual poderia ser o erro dos educadores dentro desse contexto? A resposta poderia ser dada pelo filósofo Renaut, o qual afirma que os pedagogos erram quando consideram as crianças como adultos em modelo reduzido ou em miniatura. Não considerar a especificidade das crianças significaria, em última instância, "excluir a enigmática diferença na identidade que constitui a infância no mundo adulto." (RENAUT, 2002, p. 282).

Se alguns adultos ignoram a especificidade da infância, outros não! Os publicitários, os produtores, os grandes empresários, por exemplo, levam-na em consideração! No mundo do consumo, a representação das crianças orienta as ofertas que lhes são dirigidas. As crianças são

personagens que opinam, escolhem e compram (fazem os pais adquirirem os brinquedos que passam a desejar). Elas estão, portanto, presentes desde a concepção do brinquedo ao seu consumo, esmagadas pela publicidade e pelo mercado. É o que discute Linn (2007), ao se referir à infância roubada: aquela do consumo.

Outro viés da representação moderna da infância diz respeito à autonomia da criança. De acordo com o já mencionado, sua autonomia não é absoluta, mas existe. Como se comportar diante disso? O adulto lida diretamente com as experiências da criança: ela seleciona os brinquedos, escolhe os livros, pode decidir as roupas a vestir. Também pode opinar sobre o que acha de sua educação ou emitir opiniões acerca de outros assuntos. O sentido da autonomia da criança não permite ao adulto sentir-se excluído de suas responsabilidades face a ela. Ao contrário: ela fará suas seleções e terá suas experiências de autonomia a partir do que ele, adulto, lhe possibilita, permite, propõe. Nesse sentido, a autonomia da criança pode ser entendida como o seu direito de escolher, seu desejo de adquirir, emitir seu gosto, opinar, superar obstáculos a seu modo. Na perspectiva das pesquisas realizadas por Brougère (2006, pp. 263-264):

[...] a autonomia e a participação da criança são inegáveis, porém, através de uma lógica de interação e de interdependência. A análise do brinquedo permite fazer aparecer uma criança construindo um espaço de autonomia diante dos pais e da relação direta com outros atores sociais.

O fato é que a experiência de autonomia da criança pode também ser entendida como decorrente do fato de ela ser livre. Também como testemunho de que a criança pode ser considerada ator social, outro pesquisador, Chombar de Lauwe (1976), testou a autonomia numa investigação realizada na França sobre as crianças. Ela constatou que não só havia uma capacidade das crianças de criarem soluções para suas brincadeiras em terrenos baldios, onde construíam cabanas e utilizavam ferramentas para tal, mas também elas demonstraram suas possibilidades de elaborarem normas dos jogos, distribuíam funções na construção das cabanas, etc. A autora concluiu que as crianças demonstraram, na ocasião, muita criatividade na solução dos problemas que surgiram durante a experiência, resolvendo rapidamente os obstáculos surgidos. Entre nós, Fernandes (2004) teve oportunidade de demonstrar a autonomia das crianças na escolha das regras, da liderança do grupo, da aceitação ou rejeição de um novo membro nas Trocinhas do Bom Retiro, quando estudou as crianças brincando nas ruas de São Paulo. Ainda sobre autonomia, cito Montandon que, em parceria com Longchamp (2007), buscou saber a opinião das crianças sobre sua educação. Esses pesquisadores identificaram, nas experiências de autonomia deles, dois tipos de criança: a tribal (aquela que define e constrói suas próprias experiências) e a socialmente construída/estruturada (a que se traduz num quadro das relações sociais). As expressões "tribal" e "socialmente construídas" são atribuídas aos pesquisadores James e Prout, citados por Montandon (2007, p. 121).

O processo de educação para a autonomia e para a identidade comum a todos os cidadãos se tornou complexo por diversas razões: considerar que adultos e crianças têm direitos significa no mínimo que os educadores tenham, muitas vezes, que rever seu comportamento autoritário, exigente, intransigente. Essa nova postura dismantela uma hierarquia paternal no moldes conservadores. Entram em choque os direitos das crianças e os dos adultos e isso ocorre com certa frequência. Levadas ao extremo, essas dificuldades podem efetivamente criar uma crise na educação: de um lado os aspectos jurídicos, mostrando uma identidade de direitos, do outro a consideração da dessemelhança entre as crianças e os adultos. Nesse contexto, penso que é fundamental uma ação educativa que não as humilhem nem as esmaguem. O reconhecimento do direito à liberdade não deve significar ausência de normas, regras. Nas situações desarmônicas, Renaut (2002) recomenda o uso do diálogo e do exercício de uma autoridade horizontal em substituição àquela conservadora, vertical. A presença do educador é imprescindível para a criança. Ele representa uma força exterior tanto na escola quanto na família, devendo desempenhar uma mediação respeitosa numa perspectiva humanista.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Acredito ter atingido meu objetivo neste artigo. Minha proposição foi apresentar e discutir, com base em alguns autores estrangeiros, algumas contribuições teóricas sobre esse novo campo em construção, a Sociologia da Infância, considerando o processo de socialização, as representações da

infância para o que li sociólogos e psicólogos. Meus questionamentos foram orientados, sobretudo, no que diz respeito às dificuldades ainda presentes para a realização de uma abordagem interdisciplinar a respeito da criança. Procurei, sobretudo, me deter em algumas questões a respeito das repercussões que trazem para a educação essas contribuições de estudos recentes. Busquei refletir sobre isso e admiti com eles que a complexidade da criança exigiria pelo menos o enfrentamento de olhares que poderá atingir, futuramente, o estágio de uma abordagem interdisciplinar. Para isso, estaremos todos esperando o reconhecimento da Sociologia da Infância com um ancoradouro teórico. Não posso me esquecer de considerar a evolução humana dentro de um processo que inclui fatores os mais complexos: genéticos, sociais, econômicos e culturas, entre os quais cito também a linguagem de toda espécie, inclusive a das mídias.

Concluo afirmando que é necessário estarmos atento à vulnerabilidade das fronteiras entre as nações e os povos, para que seja possível a realização de intercâmbios que incluam a inclusão em redes internacionais que possam auxiliar a nossa compreensão sobre a criança. E para não fugir à minha formação profissional, cito Gavarini, para quem é necessário considerar a existência de uma:

(...) atração permanente que ocorre entre o indivíduo promovido pelo individualismo liberal dominante, o sujeito de direitos do Homem, e, em decorrência, o sujeito de direitos da criança, o ator social da sociologia da ação e o sujeito da subjetividade, tal como podemos conceber a luz da psicanálise, um sujeito em busca de autonomia, embora influenciado pelo conflito psíquico e por seu inconsciente. (GAVARINI, 2006, p. 101).

REFERÊNCIAS

PERRON, R. **Modèles d'enfants, enfants modèles**. Paris: PUF, 1971.

ALVES, Railda F.; BRASILEIRO, Maria do Carmo E.; BRITO, Suerde M.O. **Interdisciplinaridade**: um conceito em construção. Disponível em: <[HTTP://www.1ba.urgs.br/episteme/portal/pdf/numero19/epistemeartigo_alves_brasileiro_brito.pdf](http://www.1ba.urgs.br/episteme/portal/pdf/numero19/epistemeartigo_alves_brasileiro_brito.pdf)>. Acesso em: 14 nov. 2009.

BELLONI, Maria Luiza. **O que é sociologia da infância**. Campinas: Editora Autores Associados, 2009.

BROUGÈRE, Gilles. Le jouet, un objet pour la sociologie de l'enfance. *In*: SIROTA, Régine (sous la direction). **Éléments pour une sociologie de l'enfance**. Rennes: P.U.F., 2006, p. 257-266.

CHOMBART DE LAUWE, Marie-José. **Enfants de l`image**: enfants personnages des médias/enfants réels. Paris: Payot, 1979.

_____. **Enfant en-jeu**. Les pratiques des enfants durant leur temps libre en fonction des types d`environnement et des idéologies. Paris: Editions du Centre National de la recherche scientifique, 1976.

CORSARO, William A. **The Sociology of Childhood**. Pine Forge Press, Thousand Oaks, London, New Delhi, second edition, 2005.

FALEIROS, V. **ECA**: 18 anos. Disponível em: [HTTP://blog.aprendaki.net/2008/07/10/eca-18-anos-por-vicente-faleiros/](http://blog.aprendaki.net/2008/07/10/eca-18-anos-por-vicente-faleiros/). Acesso em: 17 out. 2009.

FERNANDES, Florestan. **Folclore e mudança social na cidade de São Paulo**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GAVARINI, Laurence. L'enfant et les déterminismes aujourd'hui. *In*: SIROTA, Régine (sous la direction). **Éléments pour une sociologie de l'enfance**. Rennes: P.U.F., 2006, pp.93-102.

LINN, Suzan. **Crianças do consumo**: a infância roubada. Tradução Cristina Tognelli. São Paulo: Instituto Alana, 2006.

MALRIEU, Philippe. **Traité de Psychologie de l'enfant**. Paris: PUF, 1973.

MONTANDON, Cléopâtre; LONGCHAMP, Philippe. Você disse autonomia? Uma breve percepção da experiência das crianças. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 105-126, jan./jun. 2007. NUP/UFSC.

MONTANDON, Cléopâtre. De l` étude de la socialisation des enfants à la sociologia de l` enfance: nécessité ou illusion épistemologique? *In*: SIROTA, Régine (sous la direction). **Éléments pour une sociologie de l` enfance**. Rennes: P.U.F., 2006, p. 41-50.

MONTANDON, Cléopâtre; OSIEK, Françoise. **L`éducation du point de vue des enfants**. Paris: L` Harmattan, 1997.

PERRON, Roger. **Modèle d`enfants, enfants modéles**. Paris: P.U.F., 1971.

PROUT, Alan. **Reconsiderar a nova sociologia da infância**. Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (Department of Applied Social Science – University of Stirling). Tradução para o português de Helena Antunes. Revisão científica de Manuel Jacinto Sarmento e Natália Fernandes Soares. 2004, 1-25. Disponível em:
www.pca.uem.br/salva.php?id=Alan520Prout520port.doc. Acesso em: 28 jan. de 2009.

RENAUT, Alain. **La libération des enfants**: contribution philosophique à une histoire de l`enfance. Paris: Calmann-Lévy/Bayard, 2002.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Culturas Infantis e interculturalidade. *In*: DORNELLES, Leni Vieira (Org.). **Produzindo Pedagogias interculturais na infância**. Petrópolis: Vozes 2007, p.19-40.

SIROTA, Régine (sous la diréction). **Éléments pour une sociologie de l`enfance**. Rennes: P.U.F., 2006.